

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RAFAELA ENGRÁCIO DE OLIVEIRA¹
GILSENIRA DE ALCINO RANGEL²

1 Universidade Federal de Pelotas – rafaela.engracio@hotmail.com

2 Universidade Federal de Pelotas – gilsenira_rangel@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva exige uma série de adaptações do ambiente escolar que vão desde acessibilidade física, formação de professores até a existência de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Decreto nº 6.571/2008).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.15) tem como função “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.

O profissional habilitado para atuação na SRM e AEE “deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial (CNE/CEB, Resolução 4, Art. 12, 2009).

Entre as atribuições deste profissional, apresentadas na RESOLUÇÃO 4, CNE/CEB(2009)podemos citar:

“1. Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos;

2. Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;

3. Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;

4. Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;

5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno

de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;

6. (...)" Esse artigo é relativo ao atendimento de alunos surdos, altas habilidades/superdotação e cegos.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar como se dá o trabalho de uma professora de SRMs de uma escola estadual da cidade de Pelotas, no que se refere às atribuições deste profissional, segundo a legislação.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, exploratória e de cunho qualitativo, deve abranger o total de escolas públicas estaduais e municipais, de Pelotas, totalizando em torno de 150 escolas. Como estamos em fase inicial de coleta de dados, neste trabalho será apresentado o resultado da primeira escola investigada. Trata-se de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, com 182 alunos matriculados e 21 frequentam SRMs, destes, 19 são da escola e 2 são oriundos de escolas adjacentes. A professora, há 25 anos na escola, é formada em Educação Especial (UFSM) e tem Especialização em Educação (UFPel) em Violência Doméstica (EaD/USP). Como instrumento de coleta, lançou-se mão de entrevistas semi-estruturadas com perguntas relativas ao andamento do trabalho na SRMs, tendo como foco as atribuições do professor do AEE.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando as atribuições do professor do AEE, anteriormente citadas, observamos que:

No tocante à elaboração, execução e avaliação, obtivemos os seguintes registros: “as atividades são conforme o planejamento do AEE, que também informa se o aluno necessita de outro atendimento, como fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, ou outro atendimento, sendo que a escola faz o encaminhamento para que esse aluno tenha este atendimento, e também constam os materiais necessários para aquele aluno, assim como adaptações, sites, software, dentre outros, assim como atende alunos da área, que é a partir do 6º ano, sendo que o professor da sala regular a avisa das dificuldades que o aluno está tendo para que ela possa planejar as atividades necessárias para aquele aluno”. Quanto à execução do plano, às atividades propostas, estes “vão depender do que o aluno precisa, das dificuldades que ele terá, pois há um planejamento para ele, e, se estiver de acordo com o que ele precisa, irá ser seguido, mas que se o aluno vier com outras dificuldades e necessidades, o planejamento irá ser modificado para dar ao aluno o que ele precisa”. Segundo a profissional, “há alguns alunos que têm grandes adaptações de currículo na escola, mas a grande maioria não precisa de grandes adaptações no currículo, e esses alunos que necessitam de adaptação já vem com ela no currículo para alcançar os objetivos. Tem alunos para os quais os objetivos são mudados para o que eles podem alcançar, para que possam evoluir na série em que estão, e de uns anos para cá os professores de área já tem se sensibilizado para isso, pois muitos professores de área acham que vão receber o aluno pronto, sabendo ler e escrever, mas muitos não sabem, e os professores têm feito provas diferenciadas, avaliações diferenciadas, planejamentos, tem que ser mudados objetivos, aumentado o tempo para atingir determinado objetivo”.

No que se refere a estabelecer articulação com os professores da sala regular, a professora disse que sim, “que é uma estrada de duas vias onde as duas levam uma para a outra o que o aluno necessita, pois a sala de recursos é um lugar onde os alunos com deficiência têm um auxílio, e que eles mesmos sabem que são indivíduos capazes de aprender, que têm o direito a serem ensinados”. A professora também argumentou que ela já faz uma recepção quando chegam professores novos na escola, no sentido de “mostrar como tudo funciona e que muitos professores têm um olhar muito seu, mas que todos têm que fazer com que o aluno seja atendido, pois está na lei”. Sobre o contato com a professora da sala de aula regular para falar sobre o desenvolvimento do aluno, a professora alega que “tem contato dia-a-dia e permanente e sempre que precisa vai até à sala de aula, participa das reuniões pedagógicas da escola, do conselho de classe, apresenta o seu parecer e envia para os professores, e eles enviam o deles para ela, pois os alunos são avaliados por parecer”.

Com relação ao acompanhamento desse aluno na sala regular, a professora argumenta que é permanente. Os professores vão falar com ela sobre o que está acontecendo com o aluno, quais dificuldades ele está tendo, e ver que intervenção farão (conteúdo, social, da relação).

Referente à programação, acompanhamento e avaliação do aluno, estes levarão em conta os objetivos que são propostos para aquele aluno, os quais ele tem de atingir, até mesmo os que têm laudo. E se não atingirem os objetivos, irão reprovar. A avaliação vai ser igual a dos outros, alcançou os objetivos, irá aprovar, se não alcançou os objetivos, irá reprovar. Mas os objetivos têm que ser adequados, tem que conhecer aquele aluno, planejar as atividades de forma adequada. Também é visto se o professor fez tudo para que o aluno consiga atingir os objetivos.

Não elencado como atribuições do professor de AEE, identificamos que a professora propõe projetos a serem realizados com todos os alunos da sala regular, como, por exemplo, o projeto da Dengue, que foi feito com todos os alunos, de currículo e de área, então para aquele aluno com deficiência é normal, ele não está separado dos outros, está interagindo com os colegas. Com a aluna com Síndrome de Down, ela está fazendo um trabalho dentro da sala do 9º ano. Está sendo feito planejamento diferenciado, pois ela chegou à escola avançada na vida escolar e vai ter que se fazer adaptação curricular. Os professores têm certa dificuldade por não se tratar de uma aluna que vinha das séries da escola, então ela vai à sala e trabalha com todos os alunos e os traz para trabalhar na sala de recursos. O trabalho é feito com todos, pois aquilo que é trabalhado pode ser bom para todos e não apenas para aquele aluno que necessita da sala de recursos, pode usar os teus objetivos para todos os alunos.

Os alunos da escola, segundo a professora, adoram a sala de recursos. Os alunos com deficiência se sentem valorizados. Há outros alunos que vão até à sala de recursos pedindo auxílio, pois sabem que é um lugar para quem tem dificuldade, então quando eles têm dificuldade em determinado conteúdo chamam a professora, e se ela puder ela vai ajudar estes alunos.

4. CONCLUSÃO

Com este trabalho inicial, percebe-se que a Professora da SRM cumpre com as atribuições do educador do AEE. Desse modo, observou-se que a professora elabora, executa e avalia o plano de AEE, definindo estratégias e recursos pedagógicos de acordo com a necessidade de cada aluno atendido. Ela programa, acompanha e avalia a funcionalidade dos recursos pedagógicos. Além disso, estabelece articulação com os professores da sala regular, visando apoiá-los na execução dos planejamentos e colaborando para inserção dos alunos nas atividades escolares.

Pode-se perceber, através da entrevista feita, que o atendimento nesta sala de recursos funciona, pois há um entendimento por parte de todos os professores e dos próprios alunos da importância que esta sala tem, pois, ao possuir materiais adequados e professores especializados que saibam trabalhar com os alunos e com as mais variadas necessidades educacionais deles, fica bem mais fácil de fazer com que este aluno aprenda e alcance os objetivos que ele precisa para avançar em sala de aula.

Portanto, o objetivo do AEE, qual seja, o de “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” está sendo posto em prática nesta escola em busca de uma educação inclusiva de qualidade.

Ressaltamos que, para termos uma visão do funcionamento das SRMs, é imperioso que a pesquisa tenha andamento, como já vêm tendo. Só assim poderemos ter um panorama geral do Atendimento Educacional Especializado. Nesse sentido, podemos dizer que este trabalho teria funcionado como estudo piloto, pois inclusive foram feitas adequações para as próximas entrevistas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. NOTA TÉCNICA – SEEESP/GAB/Nº 11/2010. Secretaria da Educação Especial.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 2009.

_____. Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEEESP, 2008.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEEESP, 2008.